

# Novos Mecanismos de Ação Coletiva: Os Observatórios Brasileiros como Promotores da Cidadania

Luiza Stein da Silva<sup>1</sup>

Larissa Cataneo Dutra<sup>2</sup>

Maria Julia Correa<sup>3</sup>

Artigo recebido em 12/11/2015 e aprovado em 10/12/2015.

**SUMÁRIO:** *1 Introdução • 2 Da democracia à problemática da participação social no Brasil • 3 Novos mecanismos de ação coletiva • 4 Os observatórios no Brasil • 5 Considerações finais • 6 Referências.*

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo avaliar a problemática participação social no Brasil e os avanços e desafios para o desenvolvimento local através de análise sobre a carência da participação cívica brasileira e dos novos mecanismos de controle social, e promoção da cidadania, com enfoque nas organizações denominadas Observatórios. Para fins de análise foram levantados dez observatórios brasileiros, os quais se encaixaram em três tipos: observatórios para análise de dados; observatórios para a cidadania (enfoque na capacitação e promoção da participação social nos processos decisórios); e observatórios para o controle social (fiscalização de compras públicas). Através deste estudo foi possível analisar a importância do papel dos observatórios no que tange a trabalhar a sociedade no sentido de mobilizá-la a participar e a controlar as políticas públicas locais, bem como verificar a atuação desses observatórios junto ao poder público. E desta forma, destacou-se desafios e saídas as estado, no sentido de efetivar essas organizações como promotoras da cidadania e da consolidação da democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Observatórios • Participação • Democracia.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Graduanda em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Graduanda em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

## **New Mechanisms of Collective Action: The Brazilian Observatories as citizenship promoters**

CONTENTS: 1 *Presentation* • 2 *Democracy to the problem of social participation in Brazil* • 3 *New mechanisms of collective action* • 4 *The Observatories in Brazil* • 5 *Conclusion* • 6 *References*.

*ABSTRACT: This article aims to measure the issue of social participation in Brazil and advances and challenges for local development through the analysis of new mechanisms of social control: the Observatories. For the analysis, data about ten Brazilian observatories were collected. The observatories were classified into three types: observatories for data analysis; observatories for citizenship (which is focused on the capacitation and promotion of social participation in decision-making processes); and observatories for social control (supervision of public procurement). Thus, it was possible to analyze the importance of observatories, whose work aims to mobilize society members to participate and control the local public policies and check the performance of these observatories with the government. That way, it was possible to highlight the challenges and possibilities the state has, in order to make efforts to actualize these organizations as promoters of citizenship and democracy consolidation.*

*KEYWORDS: Observatories • Participation • Democracy.*

## **Nouveaux mécanismes d'Action Collective : Les Observatoires Brésiliens comme Promoteurs de la Citoyenneté**

SOMMAIRE : *1 Introduction • 2 De la démocratie à la problématique de participation social au Brésil • 3 Nouveaux mécanismes d'action collective • 4 Les observatoires au Brésil • 5 Considérations Finales • 6 Références*

RESUME : La présente étude vise évaluer la problématique participation social au Brésil et les avances et défis pour le développement local à travers de l'analyse de la carence de la participation civique au Brésil et des nouveaux mécanismes de contrôle social et promotion de la citoyenneté avec une optique appliquée aux organisations appelées Observatoires. À titre d'analyse, ont été choisi dix observatoires brésiliens, lesquelles sont cadré dans trois types : observatoire pour l'analyse de données ; observatoires pour la citoyenneté (foyer dans la capacitation et promotion de la participation sociale dans les procédures de décision) ; et observatoires pour le contrôle social (fiscalisation des achats publics). Cette étude a possibilité l'analyse de l'importance du rôle des observatoires en ce qui concerne à travailler la société pour lui mobiliser à participer et à contrôler les politiques publiques locaux, aussi bien que vérifier l'actuation de ces observatoires avec le pouvoir public. Auprès ce foyer, ce sont détachés les défis et sortis que a l'État dans le sens de effectuer ces organisations comme promotrices de la citoyenneté et de la consolidation de la démocratie.

MOTS-CLÉS: Observatoires • Participation • Démocratie

## 1. Introdução

Do modelo autocrático de governo até um modelo de democracia participativa, podemos considerar os diferentes níveis de participação cívica na vida política e nas questões comuns à sociedade. Com o passar do tempo, o cidadão é visto cada vez mais como peça primordial do Estado, atuando de modo ativo e consciente para que este cumpra seu papel de garantia do bem comum. Contudo nem sempre essa realidade é vista, de fato, nos dias atuais. É cada vez mais frequente a ocorrência de escândalos de corrupção e o consequente serviço de má qualidade por parte do Estado, ocasionando não só uma cultura individualista da população, mas também uma defasagem na participação e no controle social das instituições formais. Essa questão ressalta ainda mais a relevância da participação da sociedade civil como fortalecedora dos processos de garantia de direitos e da qualidade de vida da sociedade.

Levando em consideração esse contexto no qual a população está inserida, bem como seu descontentamento com o rumo da política atual, é cada vez mais constante o surgimento de organizações da sociedade civil, com o intuito de ampliar a atuação popular nos processos de controle e decisão. Elas têm como foco o fortalecimento dos processos democráticos e uma participação popular mais efetiva, tendo como base um pensamento em rede, a cooperação entre os cidadãos e a coprodução dos bens públicos, intensificando o empoderamento social dos atores envolvidos.

Essas organizações dizem respeito aos Observatórios Sociais, os quais visam monitorar sistematicamente o trabalho de determinadas áreas de atuação. Porém os objetivos e procedimentos de cada um são distintos. Pensando nessa atuação diferenciada dos Observatórios Sociais, o presente estudo possui como objetivo identificar os desafios e oportunidades ao poder público quanto à consolidação do estado democrático, a partir do surgimento desses novos mecanismos de ação coletiva. Para isso, foram estudados modelos de observatórios e separados por tipologias, de acordo com suas características-chave. A partir disso, pode-se estabelecer saídas de como o Poder Público pode se utilizar dessas organizações em prol de uma melhor responsividade para com os cidadãos.

## 2. Da democracia à problemática da participação social no Brasil

O aperfeiçoamento da “teoria da democracia” como forma de governo surge durante o século XIX como um modelo que se coloca contra o modelo autocrático de governo, se consolidando na chamada democracia representativa. O Estado democrático é



concebido como aquele que preserva as liberdades públicas e os direitos individuais. (PEREZ, 2004). Ao longo do século XX o modelo de democracia representativa, como era concebido, foi enfraquecendo dando espaço a um novo ideário, que culminou na adoção de um modelo de democracia como princípio de estruturação do Estado, a qual se entende como democracia participativa. (PEREZ, 2004)

Para John Stuart Mill (*apud* BRANDÃO, 2006), o regime político que melhor possibilita a “educação pública dos cidadãos” é a chamada democracia desenvolvimentista, isso porque ela provê aos cidadãos uma espécie de pedagogia política, o que os permite desenvolver a amplitude dos seus raciocínios e pensar mais no “bem comum”, ao invés de simplesmente abordar a cidadania por meio de processos eleitorais, bem como em espaços tradicionais de participação política. Para Bobbio (*apud* Brandão, 2006), a finalidade da democracia desenvolvimentista é a educação dos cidadãos para a liberdade. Neste sentido, o homem livre é aquele que é consciente das suas possibilidades e de seus limites em relação aos outros. Segundo ele, essa consciência só existe em um ambiente social no qual as condições econômicas, políticas e culturais favoreçam esse desenvolvimento. Este ambiente, para Bobbio, pode ser criado através de instituições democráticas.

Através da democracia participativa, temos o cidadão como peça central do Estado, atuando para que este cumpra seu papel de garantia do bem comum. Verifica-se então, a relevância da participação da sociedade civil como fortalecedora dos processos de garantia de direitos e da qualidade de vida da sociedade. Por meio da participação social, o indivíduo é capaz de pensar e entender a sua situação social, e juntamente ao Estado, trabalhar em prol dos seus direitos e ampliar sua qualidade de vida.

Porém para que esse modelo consolide-se, de fato, no Brasil, diversos desafios devem ser superados, uma vez que a participação da sociedade civil pressupõe a vontade, a disposição e a capacitação do cidadão e demais atores para coproduzir o bem público, além do sentimento de pertencimento e dos níveis de confiança no sistema governamental e na sociedade como um todo.

No Brasil, vemos que a participação social, que representa a base para a efetivação do Estado democrático, tem tido como principais desafios à superação de fortes questões culturais. Para Filgueiras (2009), há no país atualmente, uma carência na participação e no controle social das instituições formais e uma cultural individualista que não preza pela melhoria da qualidade de vida coletiva. Isto acontece justamente devido a uma síndrome de desconfiança e indiferença. Essa síndrome, segundo o autor, acarreta em um contexto de



tolerância da corrupção, dos serviços públicos de má qualidade, e da má gestão governamental em geral. Além disso, o fator desconfiança nas instituições bloqueia a vontade das pessoas de buscarem informações e participarem mais ativamente. (FILGUEIRAS, 2009).

Muito mais do que escândalos estampados nas capas de jornais, revistas, e amplamente debatidos pela mídia televisiva e jornalística, a consequência final desses problemas é o enfraquecimento dos processos democráticos. Ao mesmo tempo, a solução para a crise política e cultural vivenciada, pode ser visualizada justamente no poder da sociedade civil, que através da participação popular e da cooperação é capaz de unir forças pelo bem comum.

Segundo Putnam (2006), quanto mais desenvolvidos forem os sistemas de participação cívica nas comunidades, maior será a probabilidade de que seus cidadãos consigam cooperar em benefício mútuo. Neste âmbito, fica evidente que a consolidação do estado democrático se dá através da junção de esforços entre sociedade civil e Estado. Contudo, para que a participação social seja capaz de prover a efetivação dos processos democráticos, é preciso que haja confiança não só entre os cidadãos, mas também entre a relação cidadão/Estado. Além disso, deve haver a capacitação dos cidadãos para que consigam trabalhar no sentido de pensar a vida local e coproduzir o bem público.

### **3. Novos mecanismos de ação coletiva**

Em resposta a esta problemática, nota-se o surgimento de diversas organizações da sociedade civil, que trazem como objetivo básico a ampliação da atuação popular nos processos de avaliação e discussão sobre a cidade. Tratamos aqui dos chamados Observatórios, os quais têm surgido em diversas cidades brasileiras, constituindo-se das mais variadas formas e a partir de temáticas relevantes ao contexto local.

Segundo o dicionário da língua portuguesa, a palavra observatório traz o significado de uma “instituição ou serviço de observações astronômicas ou meteorológicas”. (FERREIRA, 1995). Ao longo de muito tempo, essa denominação de observatório era a que imperava, visto que os observatórios de caráter social são mecanismos muito recentes. Para Gusmão (2002) o conceito de observatório deixou de ser uma denominação exclusiva de instituições ligadas à natureza, e atualmente abrange também os fenômenos sociais. Contudo, a inspiração para a criação desses tipos de observatórios, tem sua origem exatamente nos observatórios astronômicos, os quais se



utilizam amplamente de serviços de estatísticas para realizar suas previsões, ou seja, analisam dados para que seja possível agir mediante o quadro instaurado. (TRZECIAK, 2009)

Nos últimos anos, de acordo com Albornoz e Herschmann (2006, *apud* TRZECIAK, 2009), foram criados diversos tipos de observatórios com o objetivo de monitorar sistematicamente o trabalho de setores ou temáticas específicas. Segundo o Sistema FIEP (2015), a origem de um observatório se dá através de uma problemática, em que seja possível definir objetivos e indicadores e que seus cálculos dependam da integração de dados e da análise dos mesmos. Nesse sentido, podemos visualizar um observatório como uma organização que trabalha com um sistema de coleta e análise de informações acerca de um setor de atuação. Entretanto, essas organizações assumem objetivos, focos, e formas de atuação distintas.

Para Vessuri (2002), em geral, os observatórios são compostos por equipes pequenas que trabalham de forma articulada com uma rede, produzindo dados para o desenvolvimento de projetos, e utilizando metodologias sofisticadas para a realização das etapas de coleta, análise e disseminação desses dados. Neste âmbito, um observatório proporciona ainda o estabelecimento de vínculos e alianças com outras instituições produtoras de dados. Trzeciak (2009) aborda ainda, que um observatório se consolida em um mecanismo fornecedor de informações estratégicas que auxiliam na identificação de aspectos positivos e negativos, além de gerar subsídios para a tomada de decisão.

Através desta conceituação, é visto que os observatórios estão ligados à prática de construção e observação de dados, que, por conseguinte, serão utilizados como bases para os processos de tomada de decisão. Destaca-se ainda a construção coletiva de indicadores e um trabalho realizado de forma colaborativa. Com isso, é possível avaliarmos a organização observatório, como realizadora de um conjunto de ações no que diz respeito à coleta, análise, monitoramento e disseminação de dados, capazes de fornecer insumos para a definição de estratégias de atuação, e criadora de espaços para que estas estratégias sejam formuladas. Porém, é necessário a partir disso, tentarmos distinguir alguns modelos de observatórios, pois como são mostrado, os observatórios se dispõem a análises de setores e problemáticas específicas, e desta forma, sofrem adaptações no seu método de funcionamento.

Dentre os observatórios conhecidos no Brasil, destacam-se aqui os observatórios ligados à Rede Observatório Social do Brasil, as organizações ligadas à Rede Social Watch

(Observatório da Cidadania), e os observatórios ligados à Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, que possuem nomes diversos e são foco deste estudo.

É válido ressaltar, que a nomenclatura dos observatórios por diversas vezes causa confusões, visto que um observatório integrante da rede latino-americana pode ser chamado de observatório social, porém em sua modelagem, não condiz com a com a rede Observatório Social do Brasil. Da mesma forma, observatórios denominados “Observatório da Cidadania”, podem não fazer parte da rede encabeçada pelo Observatório da Cidadania (Social Watch) representado no Brasil pelo IBASE, e sim serem em sua estrutura, condizentes com a Rede Observatório Social do Brasil. Portanto, não há uma tipologia definida, e mais importante do que a distinção de nomenclatura, é a observação e diferenciação das estruturas e objetivos dos observatórios, bem como a identificação das redes a que fazem parte.

A partir da formação das redes nas cidades, organizações governamentais, privadas e sociedade civil tem a capacidade de articulação e construção do interesse coletivo ampliadas em comparação à ação individual. Por meio das redes para cooperação e coprodução do bem público, a sociedade civil é capaz de trabalhar de forma multidimensional e organizada, o que pode ser traduzido em mais eficiência e efetividade na produção do bem comum. Além disso, por meio da junção de esforços para atendimento de objetivos comuns, uma rede pode ser pensada como base do processo de empoderamento social, e ampliação do capital social de uma comunidade.

Isto, pois, segundo Kleba e Wendausen (2009):

O empoderamento [...] Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos às relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica.

A partir disso, podemos inferir que as constituições das Redes de coprodução do bem público constituem-se em uma forma de ação coletiva que, através da mobilização social tende a trazer mais poder a sociedade civil, que por sua vez, verá suas capacidades de mudança social serem ampliadas. De acordo com Foucault (1995, *apud* KLEBA e WENDAUSEN, 2009), o poder funciona em rede, de maneira que o exercício mais ínfimo





do poder encontra apoio em outras partes da rede, podendo ser potencializado e potencializar outros poderes.

Com esta base, podemos pensar nas redes como arranjos institucionais capazes de fomentar a participação da sociedade civil, capacitar os indivíduos através da cooperação, trabalhar pela coprodução do bem público e contribuir para a consolidação dos processos democráticos.

#### 4. Os Observatórios no Brasil

Dentre as organizações constituídas a partir dos princípios de um Observatório, vemos que ainda é muito difícil definir uma tipologia e classificar essas organizações direcionando seu papel social. Para tanto, busca-se aqui mostrar a análise feita através dos portais de 10 organizações denominadas observatórios, com o intuito de tentarmos estabelecer uma conexão entre suas estruturas e objetivos, e, por conseguinte, poder tipificá-las.

O quadro abaixo sintetiza as análises realizadas, com base em três aspectos: 1) Configurações e Objetivos; 2) Linhas de Ação e Metodologias; 3) Resultados e incidências nas políticas públicas locais;

Organização	Configurações e Objetivos	Linhas de Ação e Metodologias	Resultados e incidência nas políticas públicas
<b>Observatório do Recife</b>	O Observatório do Recife tem por intuito mobilizar a sociedade para selecionar, propor e monitorar um conjunto de indicadores e metas que se constituam numa agenda de desenvolvimento sustentável para o Recife e que ao mesmo tempo a levem a se transformar numa cidade melhor para se viver.	A organização atua no sentido de analisar e dar publicidade aos dados da cidade e promover espaços para sua discussão, como é o caso da promoção das Assembleias Gerais, e do evento "Caminhada pelo Recife". Além disso, buscam incentivar a participação social por meio das redes sociais, e fazendo debates e palestras que envolvem questões da cidade abertos ao público.	Trabalhando no sentido de publicar dados e promover o debate sobre eles, a organização tem buscado sua incidência nas políticas públicas locais. No último ano o observatório promoveu um debate com secretários municipais onde foram publicados 120 indicadores sociais sobre o Estado de Pernambuco referente ao ano de 2013.
<b>Observatório Cidadão de Piracicaba</b>	O objetivo deste Observatório é o de instrumentalizar a sociedade para melhor compreensão e participação nos processos decisórios locais e contribuir com o monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas do município.	O observatório realiza análises de dados e informações acerca de assuntos como meio-ambiente, participação social, transparência pública e metas estabelecidas pelo governo, a fim de instrumentalizar a sociedade para melhor compreensão e participação nos processos decisórios locais, bem como para que ela contribua avaliando as políticas públicas do município.	O observatório conta com uma base de dados e indicadores bastante clara e de fácil acesso, os boletins realizados são bastantes completos e dinâmicos, contextualizando a problemática com uma linguagem de fácil entendimento. Porém não trabalha no sentido de promover os espaços de discussão.

<b>Observatório Social de Lajeado</b>	A organização tem como objetivos promover a cidadania fiscal e a criação de estímulos para a maior participação social, no que tange a avaliação e controle da gestão pública.	O observatório realiza estudos de indicadores, promove atividades para educação fiscal, participação cidadã e promoção da transparência governamental. Realizam ainda algumas reuniões e eventos para discussão das problemáticas da cidade.	Sua incidência nas políticas públicas municipais se dá mais no sentido de promover os espaços de discussão de indicadores, bem como na questão do controle social de gastos públicos.
<b>Observatório Social de São José - SC</b>	O observatório de São José foi criado em 2011 com o objetivo de fiscalizar diretamente a aplicação dos recursos públicos, interagir e cobrar efetividade do controle institucional e estimular a sociedade civil a exercer sua cidadania por meio do controle social.	O observatório social trabalha na fiscalização de órgãos públicos. Dentre as atividades do observatório estão a fiscalização dos processos licitatórios, a educação fiscal e o incentivo a participação cidadã, além da realização de eventos para mobilização social em prol da melhoria da gestão pública.	Os resultados do trabalho da organização aparecem no sentido de economia aos cofres públicos. Visto que, o trabalho de controle das licitações e gastos públicos contribui para a inibição de atividades corrupção e que acarretam danos ao erário. Neste sentido sua incidência está extremamente ligada ao controle de gastos governamentais.
<b>Observatório Social de Blumenau</b>	Foi criado em 2011 e desde então vem atuando com dois objetivos principais o monitoramento e controle das Compras públicas dos poderes Legislativo e Executivo municipais, e o desenvolvimento de ações que estimulam a cultura e a educação voltadas para a cidadania fiscal.	O Observatório atua através de programas voltados ao controle de gastos públicos e educação fiscal. Além disso, objetiva criar indicadores sobre a gestão pública e dinamizar a cidadania fiscal, ou seja, fazer com que a própria população faça o controle e fiscalização dos gastos.	Os resultados do trabalho da organização estão voltados à questão da economia aos cofres públicos, e da diminuição da corrupção. Além disso, trabalha no sentido de educar a sociedade para fiscalizar.
<b>Observatório Social de Niterói</b>	O observatório é atuante desde 2010 e tem a missão de despertar o espírito de cidadania fiscal em cada cidadão via sociedade organizada, tornando-o atuante no controle social dos gastos públicos. .	O observatório atua na fiscalização de compras públicas por meio de licitações realizadas pela prefeitura e também realiza a divulgação dos editais de licitação propiciando o maior número de concorrentes.	Os resultados do observatório se dão na fiscalização e controle de gastos realizados pelo município e fomentam a economia da região para as compras públicas.
<b>Nossa Porto Seguro - Observatório Social de Porto Seguro</b>	O Observatório foi criado em 2011 e a missão de despertar no indivíduo o espírito de cidadania fiscal proativa tornando-o atuante, sem apelo partidário, na vigilância social em sua comunidade.	Atua nas áreas de mobilização social, educação, indicadores sociais, acompanhamento do legislativo e do executivo, monitoramento de licitações inserção da comunidade empresarial na prestação de serviços ao município e educação fiscal.	O observatório tem como resultados maior consciência e participação do cidadão na gestão pública, melhoria na aplicação e distribuição dos recursos públicos, inserção da comunidade empresarial local no suprimento ao poder público e compras e contratos do serviço público.
<b>Nossa São Paulo</b>	O observatório foi criado em 2007 e tem como missão “mobilizar segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável”.	O observatório conta com 4 eixos de ação sendo eles programa de indicadores e metas, acompanhamento cidadão através de fiscalizações, educação e mobilização cidadã. Realizam ainda esforços para ampliar a sua rede com mais lideranças, organizações da sociedade civil e empresas.	O observatório atua com fóruns, campanhas de mobilização, e seminários voltados para mobilização de cidadãos, empresários e governos para a discussão das problemáticas da cidade. Além disso, realiza relatórios com indicadores sociais e econômicos e programas de metas para a potencializar as políticas públicas.
<b>Observa POA</b>	O observatório de Porto Alegre tem por intuito contribuir para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade através da disponibilização de diversas informações georeferenciadas sobre	O observatório atua a partir de três perspectivas: Social, impactando na melhoria da qualidade de vida e de convivência das pessoas; Gestão, gerando impactos na eficácia, transparência e descentralização da gestão municipal;	O observatório disponibiliza indicadores que servem para qualificar a gestão participativa capacitando atores para participarem de práticas como: Orçamento Participativo; Conselhos Municipais; e Governança

	o município. Essas informações são dadas por regiões e bairros.	Política; trabalhando no desenvolvimento democrático e na cidadania, na expansão do capital social e no resgate da identidade local.	Solidária Local.
<b>Nossa Ilha Bela Sustentável</b>	O instituto Nossa Ilhabela Sustentável foi lançado ao final de 2007 e sua missão é “promover a participação e a organização da sociedade civil visando o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações para o desenvolvimento sustentável de Ilhabela”.	O instituto gera indicadores sociais, sugere e pressionar programas para o governo ser mais eficaz e eficiente, promove a educação cidadã e participação da sociedade por meio de projetos. O instituto possui quatro Grupos de Trabalho: 1) Acompanhamento da Câmara; 2) Educação para a Cidadania; 3) Orçamento Participativo e Indicadores; 4) Saneamento.	Os resultados do Instituto vão mais na linha de programas promovendo a participação cívica, acompanhamento das ações governamentais e indicadores correspondentes às políticas públicas. Além disso, o Instituto publica relatórios das atividades e resultados alcançados.

*Tabela 1 - Levantamento Observatórios*

A partir do levantamento acerca da constituição e metodologias de trabalho da amostra de 10 observatórios brasileiros, verificam-se ao mesmo tempo a semelhança e a variedade em termos de objetivos, linhas de ação e resultados propostos e alcançados. No que tange aos objetivos, a maioria deles preocupa-se com a melhoria da gestão pública a partir da promoção da cidadania. Entretanto, os meios utilizados, e até mesmo a noção de cidadania, traduzida em ações, projetos, programas de trabalho, realizadas por essas organizações se difere. Para uns a cidadania é traduzida no controle social, para outros em uma atuação mais participativa no que diz respeito ao delineamento de políticas públicas. Como consequência os resultados atingidos serão bastante diferentes, bem como ocorre uma divisão nos aspectos que envolvem a consolidação da cidadania ativa.

Desta forma, fica evidente através do levantamento, que atualmente no Brasil temos tipos de observatórios distintos, diferenciados principalmente por suas linhas de ação. Neste âmbito, dividem-se através dessa análise, três tipologias de organizações denominadas observatórios.

Na primeira, vemos Observatórios voltados para sistematização, análise e disseminação de dados, a serem utilizados por outros atores para pensar as políticas públicas locais. Estas organizações atuam no sentido do monitoramento e avaliação de indicadores sócio econômicos e políticos, com a finalidade de mostrar aos cidadãos e poder público os balanços da cidade, bem como fornecer informações sobre a cidade para facilitar sua gestão. Além disso, alguns desses Observatórios dão suporte a iniciativas de outros atores governamentais ou não, para que estes trabalhem a discussão sobre os dados disponibilizados. Como exemplos desse tipo de organização temos: O Observatório Social de Piracicaba e o Observatório de Porto Alegre.

A segunda tipologia mostra organização que tem como foco a promoção da cidadania através da capacitação de atores e incentivo a participação social nos processos decisórios. Como organização representante teríamos: o Observatório Social de Lajeado, o Observatório do Recife, além do Instituto Nossa Ilha Bela Sustentável. Esse tipo de observatório atua, além do monitoramento e análises de dados sobre a cidade, também na promoção de espaços de discussão coletiva, trazendo o cidadão para o centro das discussões sobre as políticas locais. Como atividades dessas organizações vemos a promoção de eventos, criação de projetos de mobilização social, assim como programas de educação para a cidadania.

Já o terceiro tipo encontrado, está intimamente ligado à promoção do controle social de contas públicas e da accountability local. Esses observatórios trabalham no sentido de controlar gastos governamentais e licitações, além de atuar na educação fiscal do cidadão e promover sua participação no que tange ao controle de fiscal do município. Dentre as organizações representantes desse tipo podemos citar: o Observatório Social de São José, o Observatório Social de Niterói e o Observatório Social de Blumenau.

Neste universo, entretanto, existem diversas organizações, que se reconhecem ou não como observatórios, que realizam trabalhos correlatos e buscam alinhar atores social no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

## **5. Considerações Finais**

Através do exposto, é possível verificar o surgimento de novas soluções e mecanismos que se proponham a ampliar a participação social no Brasil e trabalhar os diversos desafios que a consolidação do estado democrático impõe. Isto, pois, atualmente o Brasil encontra-se em um estado de crise política e cultural, o que se vê no meio social hoje é uma cultura individualista assim como a indiferença ao Estado. (FILGUEIRAS, 2009). Por um lado, há pessoas e organizações que não se mostram interessadas em participar ativamente da vida pública, por outro há aquelas que não sabem como e ou não estão capacitadas para tal. Desta forma, é extremamente importante trabalhar a sociedade no sentido de mobilizá-la a participar mais ativamente da vida pública, pois como visto, a participação social é base para a consolidação do Estado democrático e para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Neste interim, surgem às organizações denominadas Observatórios, que vem atuar no sentido de monitorar a cidade em diversas esferas e promover a educação e participação



social para a consolidação da cidadania e dos processos democráticos. Com o entendimento do que é um observatório e quais são seus objetivos, destaca-se ainda o trabalho em rede. Através deste trabalho, é possível unir competências diferentes e atuar em diversas esferas sociais, pois se amplia o *know-how* técnico e o empoderamento social. Por meio de uma rede diversificada e coesa, o poder da sociedade é ampliado e os processos tendem a tornarem-se mais eficientes e efetivos.

Como visto, é ainda muito difícil, porém, tipificarmos essas novas organizações, visto terem objetivos parecidos, entretanto atuarem de formas distintas e alcançando resultados também bem diferentes. A partir da análise de alguns observatórios no Brasil, foi possível verificar três tipos mais distintos. O primeiro está ligado ao monitoramento e análise de dados sobre a cidade, atuando no sentido de informar a sociedade civil como estão os indicadores da cidade, e, além disso, fornecer insumos para que o poder público tome decisões a partir desses dados. O segundo tipo está mais voltado à promoção da participação social e atuação do cidadão como peça central nas discussões sobre a cidade. Este tipo de Observatório trabalha no sentido de promover a cidadania a partir da discussão sobre indicadores e análises coletivas da cidade. Um terceiro tipo, e talvez mais claramente definido, está ligado ao controle social dos gastos públicos e educação fiscal da sociedade civil, trabalhando no âmbito do controle de gastos públicos e licitações.

Desta forma, encontra-se na sociedade civil, descrente dos processos de participação social tradicionais, uma nova forma de fazer democracia. Aliado a isso, o poder público pode visualizar aí, um enorme potencial de coprodução do bem público. Para tanto, é preciso que o Estado, como um ator dessas novas redes, atue para consolidar também esses novos mecanismos.

Deste modo, deve ser preocupação tanto do Estado como das próprias organizações que estão sendo constituídas: 1) A promoção e mobilização da participação cidadã; 2) A capacitação do cidadão para coproduzir o bem público; 3) A formação de espaços de discussão e deliberação no que tange a diretrizes para formulação e execução de políticas públicas, bem como favorecendo o diálogo entre os atores, além do; 4) Trabalho em rede, utilizando e compartilhando conhecimentos e boas práticas.

Neste sentido, identificam-se desafios e oportunidades ao poder público quanto à consolidação deste estado democrático, visto o surgimento dessas novas organizações. Como principais desafios vemos o incentivo à participação social no pensar a cidade e coproduzir o bem público, dado o estado de crise visualizado atualmente. Além disso, é a



necessária a capacitação cidadã para estes processos bem como a inclusão social. Para tanto, o Estado, por meio de suas políticas públicas, auxiliado por estas organizações da sociedade civil devem trabalhar nesse sentido. Com isto, verifica-se um grande potencial de consolidação da democracia e por consequência melhoria da qualidade de vida nas cidades, visto estar o cidadão no centro da discussão sobre as políticas públicas. Além disso, o próprio governo alinhado a estas organizações pode inovar em seus processos de gestão promovendo melhorias através da utilização de mecanismos gerados internamente. Podendo ser traduzidos em experiências como: os Orçamentos Participativos, os Fóruns de Políticas Públicas, as metodologias de Inovação Aberta, dentre outras possibilidades.

## 6. Referências

BRANDÃO, Assis. Bobbio na história das idéias democráticas. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 68, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil**: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública* vol.15 no.2 Campinas Nov. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

GUSMÃO, Regina. Nuevas Estructuras de Producción y Difusión de Indicadores de C&T: un panorama internacional. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 51, n. 51, p.19-41, set. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 05 mai. 2015

INSTITUTO NOSSA ILHABELA SUSTENTÁVEL. **Institucional**. 2015. Disponível em:<<http://www.nossailhamaisbela.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2015

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, out/nov. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2015

NOSSA Lajeado. **Observatório**. 2015. Disponível em: <https://sites.google.com/site/nossaportoseguro/quemsomosos>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

NOSSA PORTO SEGURO. **Observatório**. 2015. Disponível em: <https://sites.google.com/site/nossaportoseguro/quemsomosos>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

OBSERVAPOA. **Observatório**. 2015. Disponível em:<<http://www.observapoa.com.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.



OBSERVATÓRIO CIDADÃO DE PIRACICABA. **Observatório**. 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopiracicaba.org.br/o-observatorio>> Acesso em: 05 mai. 2015.

OBSERVATÓRIO DO RECIFE. **Observatório**. 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SÃO JOSÉ. **Institucional**. 2015. Disponível em: <<http://www.ossj.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

OSBLU. **Observatório**. 2015. Disponível em: <<http://www.osblu.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 245 p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260 p. SISTEMA FIEP. **O que é um observatório**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/observatorios/>>. Acesso em: 06 mai. 2015

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Institucional**. 2015. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

TRZECIAK, Dorzeli Salete. **Modelo de Observatório para Arranjos Produtivos Locais**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Cap. 2.

VESSURI, Hebe. El ejercicio de la observación sociotécnica... A propósito de los observatorios de ciencia y tecnología. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 51, n. 51, p.2-17, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ve/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.